

Na reunião do FMI, recados ao Brasil.

Cuidado com "falsos profetas", recomendou Reagan ao falar da dívida. Cuidado com "exigências utópicas", completou Camdessus.

Com uma frase de efeito — "A enorme carga da dívida do Terceiro Mundo não é apenas problema desses países, é também nosso" —, o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, abriu ontem, no auditório do Hotel Sheraton, em Washington, a 42ª Assembléia Anual conjunta do Banco Mundial (Bird) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Reagan afirmou que a saúde da economia mundial não repousa unicamente na política orçamentária dos Estados Unidos, e que, ao reduzir seu déficit orçamentário e fiscal, outros países industrializados terão de preencher o vazio de demanda que surgiu, especialmente para as nações em desenvolvimento.

Sobre a estratégia da dívida, deu um aviso claro: "Os que escolhem seguir os falsos profetas para viver na ilusão, em lugar de procurar uma solução, terão de arcar com as consequências de suas ações". Segundo nosso enviado especial Robert Appy, cabe ao governo brasileiro decidir se o Brasil foi visado nessa afirmação.

A solenidade começou pontualmente às 10 horas. O auditório do hotel estava lotado, com cerca de quatro mil pessoas, delegados de países-membros, representantes de organismos internacionais e numerosos banqueiros. Muitos deles levaram suas mulheres para ouvir a fala do presidente norte-americano.

Elegante em um terno marrom, o mesmo que usou na solenidade do ano passado, Reagan abriu a sessão inaugural com um discurso em que repetiu temas de anos anteriores: uma exaltação ao liberalismo e uma condenação firme do protecionismo, que lhe valeu ser interrompido quando declarou que qualquer legislação protecionista que chegar a sua mesa terá seu veto. Defendeu as teses norte-americanas ao lembrar que no Uruguai Round os Estados Unidos querem incluir a negociação sobre tecnologia, os serviços e a propriedade intelectual. E mais uma vez denunciou os subsídios agrícolas, que nos países da Europa Ocidental passaram de US\$ 15 bilhões em 1979 para US\$ 100 bilhões em 1986.

Sem otimismo

Apesar da frase de Reagan a respeito da dívida, as delegações dos países da América Latina se mostravam pouco otimistas quanto ao resultado prático da reunião, principalmente depois do discurso do diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus. Em seu primeiro discurso ante a assembléia conjunta FMI-Bird, o economista francês disse que "não existe outra forma satisfatória" que a atual para abordar o problema da dívida externa, expressando uma posição marcadamente ortodoxa que os países da América Latina consideram inviável.

Em uma velada alusão à revolta encabeçada pelo Brasil contra a atual estrutura, Camdessus disse que faz falta que os dirigentes dos países endividados "estejam dotados de grande resolução política. Esta resolução deve ser reconhecida pelos que avaliam os programas, de maneira que não comprometam as ações que todos respaldamos, mostrando ceticismo ou apresentando exigências utópicas".

Uma segunda responsabilidade desses países, prosseguiu, "é abrir mais sua economia às inversões de capital estrangeiro. Qualquer que seja o grau de demagogia que as acosse, as autoridades nacionais não devem permitir que observações ambíguas ou ameaças de adoção de medidas unilaterais dêem lugar a dúvidas sobre a sinceridade de sua dedicação à tarefa comum de restabelecer o crescimento econômico duradouro e a solvência no Exterior".

Camdessus disse que, por último, "a terceira responsabilidade dos governos dos países devedores é fazer todo o possível para intensificar o clima de colaboração e confiança mútua".

Reação negativa

O discurso de Camdessus foi recebido como uma nota negativa pela maioria dos delegados latino-americanos. "O ponto que escapa (a Camdessus) é que a estratégia atual não funciona", disse o ministro da Fazenda do Brasil, Bresser Pereira.

O próprio Camdessus reconheceu isto em algumas passagens do discurso, como ao dizer que "faz cinco anos, quando nos reunimos em Toronto, acabava de surgir a crise da dívida externa, e o panorama era sombrio. A situação atual segue sendo muito difícil". Disse também que a carga da dívida "em vez de diminuir, como previmos há cinco anos, em realidade tem aumentado".

Diferente foi o discurso do presidente do Banco Mundial, Barber Conable. Ele elogiou o Brasil, México, Argentina e Venezuela pela "forma correta de abordar problemas com programas firmes de ajuste, e pelas fórmulas inovadoras de financiamento baseadas em novos empréstimos de fontes particulares e públicas, bem como em outros tipos de financiamento".

Contrastando com o tom ortodoxo do discurso de Camdessus, Conable afirmou que "o Banco Mundial tem a responsabilidade fundamental de ajudar os países muito endividados a resolverem suas dívidas e a saírem da recessão". Disse que o "ajuste estrutural não é uma receita que vale somente para os países em desenvolvimento" e fez um apelo para que os países ricos aborem "seus próprios problemas de comércio, monetários e fiscais, de modo a restabelecer um crescimento mais adequado, já que a lentidão atual limita gravemente as possibilidades dos países em desenvolvimento".

O presidente do Banco Mundial informou que apesar da América Latina ter feito pagamentos da ordem de US\$ 130 bilhões desde 1982, por conta de sua dívida externa, esta não diminuiu, mas aumentou. Como consequência, "tem havido um alarmante aumento na pobreza absoluta da região", mas assinalou que não há soluções rápidas para o problema. Segundo ele, a normalização da situação da dívida dos países latino-americanos poderá demorar de cinco a sete anos.

Conable, a exemplo do que havia feito Michel Camdessus, insistiu em que os bancos privados devem outorgar mais créditos aos países do Terceiro Mundo. Os dois dirigentes também apelaram para que os governos das potências industrializadas evitem o protecionismo e abram seus mercados à importação de produtos de países menos desenvolvidos.

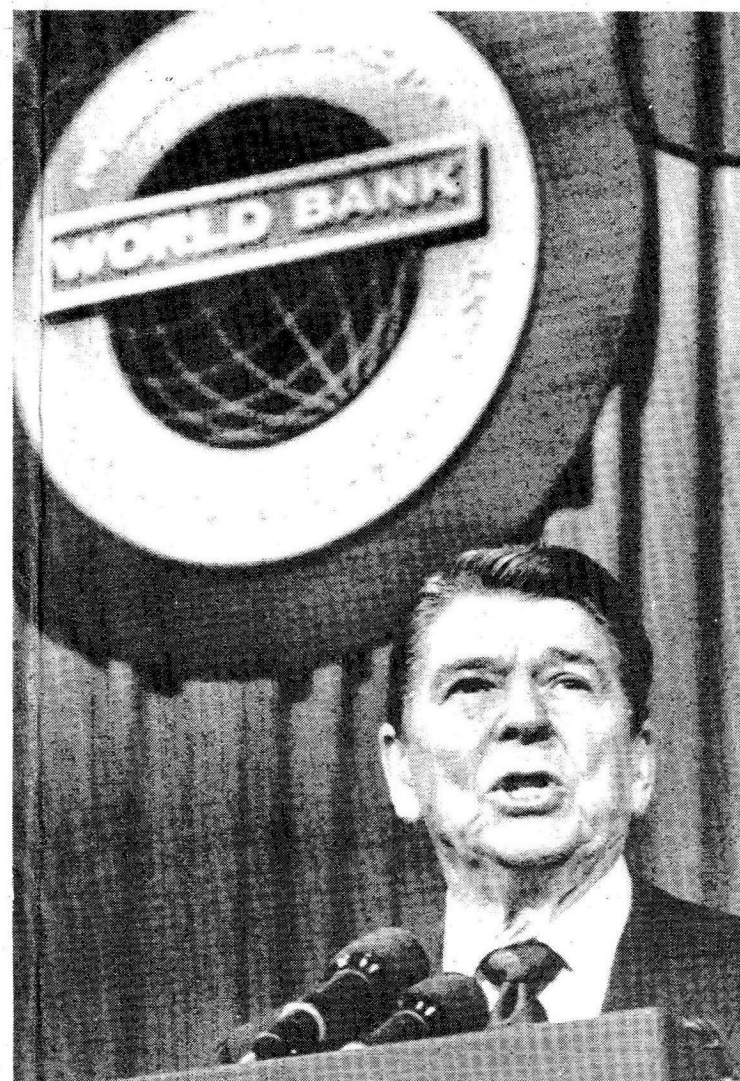
Texto de Artur Bernardes Jr.



Conable e Camdessus, a diferença entre a suavidade e a dureza.



A abertura solene da reunião anual FMI-Bird



Reagan: "cuidado com os falsos profetas."

Franceses falam duro: não aceitam nossa proposta.

O porta-voz dos banqueiros classifica-a de "inaceitável"

O Crédit Lyonnais, estabelecimento de crédito que representa os demais bancos franceses junto ao comitê de bancos que negocia com o Brasil em nome dos seus quase 600 credores, investiu ontem, através de seu presidente, Jean Maxine Levêque, contra a proposta brasileira apresentada pelo ministro Bresser Pereira, considerando-a totalmente inaceitável. Em entrevista concedida ao jornal especializado *La Tribune de L'Économie*, o presidente do Crédit Lyonnais afirmou que apesar das negociações terem sido retomadas numa atmosfera mais conciliante, "as idéias brasileiras me parecem muito difíceis de serem aceitas".

Ele não admite, em primeiro lugar, que os problemas com os bancos comerciais sejam encaminhados independentemente de um acordo paralelo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), e o Banco Mundial. E foi taxativo: "Jamais assinaremos um acordo separado". A seu ver, o Brasil mistura dois problemas que justificam abordagens diferentes: a reestruturação da dívida a curto prazo e a negociação a longo prazo, através de uma eventual "securitização", isto é, a transformação de parte da dívida em títulos, proposta, para ele, inaceitável. Isso, segundo o presidente do Crédit Lyonnais equivaleria, para numerosas instituições, à obrigação de renunciar completamente a uma parte de seus créditos. O valor desses títulos seria duplamente depreciado: pelo risco existente e pelas taxas de juros limitadas, de 4 a 5%, de acordo com a proposta brasileira. Levêque aconselhou o Brasil, antes de mais nada, a tentar reencontrar a confiança dos bancos do mundo inteiro.

Outra posição crítica à iniciativa brasileira é do próprio ministro francês de Finanças, Edouard Balladur, que pouco antes de seu encontro com o ministro Bresser Pereira nos Estados Unidos confidenciou a um jornalista francês que estava encontrando dificuldades para seguir as sucessivas manifestações da "imaginação brasileira".

Jean Maxine Levêque é um dos mais conhecidos dirigentes de bancos na França. Até 1982 dirigia o Crédit Commercial de France, nacionalizado pelo governo socialista. Há muitos anos acompanha a evolução do endividamento brasileiro, pois foi através de um dos diretores do CCF na época, Jacques de Brosius, que se tornou público o famoso escândalo denominado "Relatório Saraiva". Foi uma denúncia feita pelo banqueiro francês ao adido militar da Embaixada do Brasil, com acusações diretas contra certos "negociadores" brasileiros e assessores do então embaixador em Paris, Delfin Netto, exigindo altas comissões para a assinatura de financiamentos ao País.

Com a nacionalização do CCF Jean Maxine Levêque tentou organizar um movimento político de oposição, sem grandes resultados. Com a vitória de Jacques Chirac em 1986, e devido à sua grande experiência na administração de bancos, foi chamado pelo novo governo para dirigir um dos mais importantes estabelecimentos bancários franceses, o Crédit Lyonnais, preparando a fase de privatização do sistema bancário na França.

A investida de Jean Maxine Levêque foi dirigida também contra a abertura relativa dos países credores, que nas reuniões

do chamado "Grupo dos Sete" em Washington e, agora, do Fundo Monetário Internacional, passaram a admitir não só a fórmula de capitalização dos juros, mas também a própria idéia brasileira de transformação de parte da dívida em títulos. Ele só admitiu a oferta de conversão sobre um montante limitado, desde que a proposta seja apresentada como alternativa aos bancos que desejarem desvincular-se da obrigação de concessão de dinheiro novo ao Brasil.

O presidente do Crédit Lyonnais lembrou, ainda, que o fato de os bancos norte-americanos terem constituído coberturas importantes para eventuais perdas sobre créditos não significa que eles estejam dispostos a renunciar ao reembolso do principal e ao pagamento dos juros. Segundo ele, o Crédit Lyonnais cobriu 38% dos riscos assumidos em 53 países em desenvolvimento, mas isso não implica abandono de crédito. Levêque considerou também paradoxal que o Brasil, país que tem obtido excedentes comerciais importantes, acumule atualmente reservas, recusando-se a reembolsar empréstimos concedidos com a poupança dos países credores.

Apesar disso, ele afirmou estar disposto a negociar e discutir, mas em outras bases. Lembrou que continuamente se critica a exigência bancária de cobrar juros, mas esclareceu que é através desse sistema que os bancos podem enfrentar a carga que representam os fundos emprestados e que permitem manter o fluxo de dinheiro novo e a concessão de novos créditos. Na sua opinião, "o banco é apenas um lugar de passagem do dinheiro".

Real J. de Paris

Dívida: os EUA também perdem muito com a crise.

Artigo do senador democrata Bill Bradley, para o Washington Post.

Enquanto os ministros das Finanças se reúnem para a assembléia do Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo Ronald Reagan está em vias de perder a última chance deste país para conseguir o crédito político por uma solução para a crise da dívida mundial.

Desde 1982, o ônus da dívida da América Latina e das Filipinas condenou a maioria deles à queda do padrão de vida, salários reais cada vez menores e pouco ou nenhum investimento líquido. O colapso dos mercados para os produtos norte-americanos nos países em desenvolvimento e a necessidade que estes países têm de exportar a qualquer custo, condenaram mais de um milhão de trabalhadores e agricultores norte-americanos às filas do desemprego. A falta de uma solução para o dilema fez com que durassem desnecessariamente as dúvidas sobre a estabilidade de muitos bancos norte-americanos.

A solução é o alívio dirigido dos juros e um cancelamento parcial da dívida — para os devedores que implementarem reformas voltadas para o crescimento. Os credores devem oferecer ajuda. Para muitos países devedores, programas de reformas políticas arriscados que tornam a economia mais eficiente e mais justa são a única chance para a recuperação econômica e para a renovação democrática. Mas os reformadores precisam de um parceiro para o crescimento. Para alguns reformadores, os credores deviam baixar em muito os juros referentes a toda a dívida, por muitos anos. Para outros, uma parte da dívida deveria ser cancelada. É até possível que existam reformadores que mereçam as duas coisas: a ajuda nos juros e o cancelamento parcial da dívida.

Por que a ajuda em troca da reforma é a única e inevitável solução?

É a maneira usual e prática pela qual sérios problemas de dívidas foram resolvidos por credores e devedores. O alívio da dívida é a base para a legislação norte-americana sobre falências, considerada um

modelo para todos os países. Se eu não posso pagar as contas do meu cartão de crédito, meu banco reduz os seus prejuízos não aumentando a minha linha de crédito. Os bancos que emprestam dinheiro a países unicamente para o pagamento de juros, estão se condenando a um impasse e condenando seus devedores ao mesmo impasse. A linha de crédito aumenta todos os meses, mas o devedor não chega mais perto do crescimento e o banco não se aproxima de uma recuperação do dinheiro emprestado.

Esta pode ser a única forma de evitar uma recessão mundial. Os Estados Unidos não podem continuar fornecendo seu mercado para o crescimento econômico mundial sem se tornar também um país excessivamente endividado. Na medida em que os EUA comprarem menos dos países devedores, estes não terão mais dólares suficientes para pagar os juros.

A explosão das forças de trabalho latino-americanas — a força de mão-de-obra mexicana deverá aumentar em 50% até o ano 2000 — e a necessidade de investimentos capazes de criar empregos terão de sustentar o crescimento mundial durante a próxima década. Mas os países latino-americanos e as Filipinas não podem investir o bastante para o crescimento e para a criação de empregos, ao mesmo tempo que pagam os serviços de uma dívida, na razão de 7% do seu PNB.

É uma política inteligente. O alívio da dívida permite que as novas democracias gastem dinheiro com a infra-estrutura, com a saúde e a educação, e não simplesmente e apenas com o serviço da dívida — com dinheiro conseguido com o suor de um povo livre — a dívida contraída por uma ditadura militar. Nenhum partido oposicionista pode criticar um líder que toma decisões reformistas duras se estas decisões trazem um alívio da dívida, por parte dos credores. De outra parte, o governo que baixa cegamente os padrões de vida seguindo os conselhos políticos dos credores, ao mesmo tempo que acrescenta novas dívidas às anti-

gas, começa a se assemelhar às próprias juntas militares que acumularam inicialmente todas as dívidas.

É uma boa prática bancária. Os empréstimos de emergência sobrecarregam os livros bancários. Eles financiam pagamentos de juros em vez de fábricas e plantações, e ampliam cada vez mais a diferença entre o que o banco afirma ter em papéis e o valor real de suas posses. Pessoas que abram novos empréstimos para o pagamento dos juros incidentes sobre as dívidas parecem argumentar que, se agravamos muito o problema, ele acabará desaparecendo.

Os países industrializados vêem que suas exportações continuam a cair, na medida em que os Estados Unidos se mantêm fiéis a uma política de novos empréstimos. Os países em desenvolvimento e endividados se perguntam se a paciência realmente é uma virtude quando os EUA incentivam apenas uma década de recessão. E quando o déficit comercial norte-americano diminuir em termos reais, como necessariamente irá acontecer, o problema poderá apenas piorar ainda mais.

Como as economias dos países devedores, o sistema financeiro mundial necessita de um sopro de confiança nova. Somente um alívio da dívida e dos juros poderá trazer as reformas necessárias nos países devedores.

Na medida em que os serviços da dívida anulam oportunidades de investimentos no Terceiro Mundo, o risco da recessão global aumenta. A política do governo norte-americano não é uma solução. Se ela continuar, o crédito pela descoberta de uma solução para a crise da dívida poderá ser atribuído ao Japão, à Inglaterra ou até mesmo ao Brasil. E, com isto, irá também um certo indicio da liderança financeira dos EUA no mundo. Será que os EUA irão assumir a liderança necessária para combater a pobreza e apoiar a democracia, ou será que iremos hesitar até que o peso do problema nos obrigue a uma saída? A mudança é inevitável.

SOLUÇÃO JAPONESA

É importante que as instituições internacionais, as nações industrializadas e os bancos privados adotem ações cooperativas para responder ao problema da dívida externa caso a caso, afirmou ontem em Washington o representante japonês na 42ª Assembléia Anual do FMI-Bird, Satoshi Sumita.

O Japão quer a orientação para soluções de mercado e estratégias de desenvolvimento nos ajustes estruturais, bem como a promoção do setor privado, apoio para os mercados financeiros e de capitais, altas taxas de poupança, esforços para evitar fuga de capitais e a criação de um clima favorável para atrair investimentos diretos.

Defendendo o apoio ao papel do Fundo Monetário Internacional e sugerindo progressos na estratégia de vigilância multilateral, Sumita observou que seu país contribuiu para a criação do World Economic Outlook (encontro sobre perspectivas econômicas mundiais), no âmbito do qual, periodicamente, os principais países desenvolvidos trocam informações sobre suas políticas econômicas, de forma a buscar, no mais curto prazo possível, a estabilização internacional das economias.

Acerca do apoio às nações endividadadas, o ministro japonês recordou que o país já reciclou US\$ 10 bilhões e pretende elevar em mais US\$ 20 bilhões esse montante, via fundos públicos e privados, no próximo triênio. "Esses fundos serão reciclados na forma de contribuições orçamentárias aos bancos de desenvolvimento multilaterais, com empréstimos adicionais nos mercados financeiro e de capitais do Japão e cofinanciamento com o Eximbank japonês, o Overseas Economic Cooperation Fund e os Bancos Comerciais." Sumita defendeu expressamente não só o FMI, mas também o Banco Mundial, como elementos centrais na solução dos problemas da dívida.

América Latina

Em seu pronunciamento em nome da América Latina, o ministro da Fazenda de Costa Rica, Fernando E. Naranjo, argumentou que de três decisões de Seul, em 85 (reformas estruturais nos países devedores, recuperação do ritmo de crescimento dos países industrializados e aumentos nos fluxos de capital para os países devedores) "só uma vem-se cumprindo: o ajuste dos países devedores". Nos últimos dois anos, o fluxo líquido de assistência oficial para os países altamente endividados foi negativo de US\$ 3,1 bilhões.

— Cremos que a nova estratégia deve basear-se na premissa de que o objetivo fundamental do país é seu desenvolvimento econômico. A possibilidade de servir a dívida externa deve ser, necessariamente, consequência de um processo acelerado de crescimento, que forneça os recursos para isso.

Maranzo sugeriu que os bancos comerciais assumam sua responsabilidade no saneamento das carteiras de empréstimos aos países em desenvolvimento, reduzindo gradualmente o valor nominal desses ativos, até que cheguem a seu valor real.

F.P.J.

FMI TENTA ADAPTAR-SE

A flexibilidade do Fundo Monetário Internacional, detectada no comunicado de seu Comitê Interino e apontada como progresso na discussão da dívida externa, não pode ser entendida como conquista recente, de acordo com alguns especialistas. As mudanças na postura do FMI na verdade começaram a ser implementadas a partir de 1980. Pressionado pela necessidade de atender a países em desenvolvimento importadores de petróleo, que acumulavam déficit em transações comerciais correntes do balanço de pagamentos, o FMI pela primeira vez foi obrigado a buscar soluções inovadoras.

De acordo com o professor Carlos Alberto Primo Braga, da USP, o Fundo está sendo obrigado, desde 1982, a adaptar-se às novas condições da economia mundial, após a crise da dívida, que eclodiu com o caso do México: "O FMI está tentando mudar, mas se trata de um processo lento e ainda pautado por um diagnóstico incorreto da situação. O FMI ainda trata cada país como se fosse um caso à parte, quando a crise da dívida se regenerou e requer soluções que estão fora do seu alcance. Ele não foi criado para solucionar um problema dessa envergadura. Mas ainda é a única entidade com um mandato legítimo para fazer isso".

Em 1980, por exemplo, durante a realização da 35ª Assembléia Anual do Fundo, Jacques de Larosière, diretor-executivo do FMI, advertia em discurso que a política de ajuste deveria atacar os aspectos estruturais e criar condições para uma melhor oferta de bens e serviços, favorecendo a expansão dos investimentos e o crescimento econômico dos países endividados. Já nessa época se discutia o aumento dos recursos para os Direitos Especiais de Saque (DES). Como se observa, os apelos em 1980 não se distanciam muito dos atuais, sem que, no entanto, isso tenha implicado soluções para o problema enfrentado pelos países do Terceiro Mundo.

Problema estrutural

"O Fundo não pode continuar a acreditar que a dívida é um problema de liquidez, quando fica claro que é uma questão de natureza estrutural", explica Braga.

Em 1982, as tentativas de adaptação do FMI às novas condições econômicas mundiais ganharam força, com os seus participantes admitindo, pela primeira vez, que a sorte dos países em desenvolvimento estava atrelada à própria sorte dos países ricos. Com o México, houve um precedente importante: os credores foram os primeiros a prestar socorro.

Braga julga que, em alguns pontos, o FMI mudou. No caso do Brasil, por exemplo, que desrespeitou totalmente sete cartas de intenção, o Fundo até concordou em rever seu conceito de déficit público, aceitando a noção de déficit operacional (que exclui as correções monetária e cambial): "O FMI muda, tenta responder às transformações da economia mundial e ainda tem um papel a desempenhar, mesmo porque possui recursos, cujo custo é inferior ao do mercado".

Salete Lemos